

JOSÉ REIS

**A difusão industrial e as condições do
desenvolvimento local: reflexões a partir do
sistema produtivo de Águeda**

Nº 13

Setembro 1989

**Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra**

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

José Reis*

A difusão industrial e as condições do desenvolvimento local: reflexões a partir do sistema produtivo de Águeda**

1. Introdução

Os fenómenos de industrialização em meio rural são parte de um conjunto mais amplo de transformações económicas e de percursos da difusão da indústria cujas características comuns resultam, a meu ver, do facto de serem formas de relação intensiva da indústria com o espaço e com as condições locais em que esta se inscreve¹.

Há várias razões para que o tema da "industrialização em meio local" se tenha tornado significativo. Uma consistirá no facto de as condições de reprodução social e, designadamente, de reprodução da força de trabalho se terem tornado bastante mais importantes do que se suspeitava nas fases de intenso crescimento económico. À ideia de um isomorfismo tendencial, determinado pela uniformização das normas de produção, substitui-se a percepção de que a diferenciação é um dado relevante para os processos de estruturação produtiva (para maior desenvolvimento, cf. J. Reis, 1985 e 1987).

* Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

** Este texto reproduz a comunicação oral feita ao Seminário Internacional "Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional", organizado pela Comissão de Coordenação da Região Centro como o apoio da OCDE, em Coimbra, a 22 e 23 de Junho de 1989. Mantem-se a estrutura e o "tom" então adoptados.

¹ Tenho presente uma bibliografia já hoje vasta sobre as articulações espaço/indústria, sobre a problemática do "local" e sobre as condições da regulação das economias contemporâneas. Sem preocupações de exaustão refiro apenas, em geral, trabalhos mais recentes, como os de Ph. Aydalot (1986), A. Lipietz e D. Leborgne (1988), B. Pécqueur (1987), R. A. Sayer (1985) e J. Urry (1987).

Em Portugal vários trabalhos relevam de perspectivas idênticas. Refiro, entre outros, A. Gama (1987), J. Ferrão (1985), M. R. Silva (1988), J. M. Henriques (1987), A. Domingos e T. Marques (1987), N. Portas (1986), para além dos meus próprios trabalhos (J. Reis, 1986, 1987 e 1988a e b).

Outra razão associa-se ao facto de, entre a grande diversidade de percursos que a industrialização local assume, se poderem destacar situações em que a mobilização de recursos tem a ver com o adensamento e a dinamização de sistemas produtivos e culturas técnicas consolidadas localmente (para maior desenvolvimento, cf. J. Reis, 1988).

Uma terceira razão estará, por certo, ligada ao facto de os processos actuais de organização das economias, designadamente quanto aos modos de articulação entre a indústria e o espaço, terem valorizado bastante as acções de mediação local.

Por estas razões, penso que o que sobressai e o que deve ser sublinhado nas formas de difusão industrial a que assistimos é a sua singularidade e a natureza **relacional** da estruturação das condições produtivas. Por isso, a referência ao tema "industrialização em meios rurais" significa principalmente a alusão a um quadro problemático acerca da diferenciação dos processos de desenvolvimento, e não a identificação de um percurso específico de desenvolvimento.

Identificar as circunstâncias materiais e a natureza das acções que rodeiam tais processos parece-me ser um dos objectivos prioritários da investigação sobre a difusão espacial da indústria, dado que os vários percursos possíveis não são todos idênticos quanto aos efeitos de desenvolvimento que provocam, nem quanto às circunstâncias que os rodeiam.

Estudei recentemente duas formas distintas de industrialização em que se podem reconhecer processos de mediação local. Ambas as situações ocorrem num contexto de forte influência rural, pois num caso 67% das famílias têm uma exploração agrícola referenciada estatisticamente, enquanto no outro este valor é 93%. Por outro lado, 53% e 75% da população de uma e de outra das situações vive em lugares com menos de 500 habitantes. No entanto, são duas situações bastante diferentes, como resulta, por exemplo, do facto de a percentagem de activos na indústria ser 53% num caso contra 20% no outro. E para quem conhece a realidade portuguesa o contraste

ficará definitivamente esclarecido se se disser que é dos concelhos de Águeda e de Arganil que se trata.

Ainda assim, penso que se pode propor como **característica comum** destes dois casos o facto de, para além de ambos terem registado significativos aumentos relativos do emprego industrial, serem ainda portadores de **uma lógica de interferência das condições locais no desenvolvimento industrial**. Só que são, também, interferências de natureza diferente: num caso, o de Águeda, há uma **mediação de ordem produtiva** que se baseia no facto de estarmos perante um processo industrial organizado localmente, a que corresponde uma história industrial longa, a consolidação de uma cultura técnica industrial e um sistema de inter-relações industriais locais. Em Arganil a expansão do emprego industrial é o resultado de um processo de **mediação institucional local** organizado por um agente colectivo, a Câmara Municipal.

2. Águeda: uma interpretação acerca da consolidação de um sistema produtivo local

Só irei aqui tratar do caso de Águeda e procurarei evidenciar quais são os mecanismos fundamentais que presidem à dinamização de um processo de industrialização deste tipo.

Como é sabido, Águeda é um concelho inequivocamente industrial. Se utilizarmos os indicadores quantitativos com que convencionalmente se descrevem as características de um espaço industrial, todos eles convergem para uma imagem de forte presença da indústria. E assim é, efectivamente. Encarado do ponto de vista do produto ou do emprego, a indústria transformadora representa cerca de 2/3 dos valores totais.

Além disso, aqueles indicadores mostram também que a condição industrial de Águeda não é recente: trata-se de um processo cuja origem é bastante antiga, que

atingiu uma posição significativa há algumas décadas e que intensificou fortemente o seu crescimento desde a segunda metade dos anos setenta.

Curiosamente, também se verifica que os indicadores rurais e agrícolas contribuem para dar de Águeda uma outra imagem: a da que este concelho não constitui, evidentemente, um tecido urbano, antes se tornando expressivo um contexto de reprodução da força de trabalho muito vinculado à presença da agricultura e, sobretudo, a um quadro de condições de vida onde são manifestas as formas de sociabilidade local de raiz rural². Basta lembrar, quanto a este ponto, que também cerca de 2/3 das famílias aí residentes possuem uma exploração agrícola referenciada estatisticamente e que, nesta base, se pode estimar em cerca de 50% o conjunto dos trabalhadores industriais que asseguram a reprodução das suas condições de vida em famílias relacionadas com o quadro social rural e com a produção agrícola, ainda que esta possa ser apenas de natureza complementar.

Mas a aproximação descritiva e quantitativa não é suficiente para apresentar - e para interpretar devidamente - um caso de industrialização como o de Águeda. De facto, o que há de mais significativo nestas circunstâncias é ter aqui havido lugar ao que poderíamos designar por um processo de endogenização do desenvolvimento industrial, entendido como um processo industrial que, para além de ter sido iniciado e desenvolvido por **agentes** locais, teve como **efeitos** principais a definição e consolidação de um sector industrial de *especialização*, a formação de *capacidade profissional*, com acumulação de uma *cultura técnica industrial* e consolidação de um *sistema de inter-dependências industriais* de base local. Ou seja, a evolução industrial correspondeu, em grande medida, a um **processo de adensamento industrial** e, importa sublinhá-lo, a um adensamento realizado através do envolvimento crescente de agentes empresariais locais, segundo um modo que podemos encarar como de

² Para uma análise da economia de Águeda no cruzamento das suas vertentes agrícola e industrial cf. também R. Cruz (1987).

mobilidade social, profissional e técnica da própria mão-de-obra envolvida na produção industrial.

Podemos assim reconhecer as condições materiais que são específicas deste caso e ver nelas, apesar da sua exemplaridade, indicadores de alguns **mecanismos fundamentais** que contribuem para um dos tipos de expansão da indústria em meio local. No meu entender o que há de mais essencial nestes mecanismos está ligado, repito:

(a) à capacidade de acumulação de uma cultura técnica industrial

(b) à consolidação local de um sistema de inter-dependências produtivas.

É, aliás, destes dois factores que depende a dinâmica do conjunto empresarial e que é possível, por exemplo, o "espectacular" processo de mobilidade social que é emblemático de Águeda e que tem feito com que operários (alguns operários, obviamente) se tornem empresários.

Foi pois na base destes factores que a indústria metalomecânica assumiu no concelho uma grande centralidade e um inequívoco dinamismo, fazendo de Águeda um centro que, para além de desenvolver o emprego industrial da população residente, possui também algum poder de atracção relativamente aos concelhos circundantes, como a existência de migrações pendulares demonstra.

A relevância da indústria local pode ser ilustrada de forma muito expressiva se atendermos à grande *intensidade* do seu desenvolvimento recente, a partir de meados da década de setenta. Tal intensidade representou-se quer em termos quantitativos – pode dizer-se que no intervalo de menos de uma década o número de empresas industriais foi multiplicado por três, reduzindo-se a sua dimensão média, num claro processo de fragmentação e difusão – quer em termos qualitativos, através da especialização, da decomposição do ciclo produtivo e das inter-relações industriais de base local. Muito brevemente podem considerar-se os seguintes indicadores.

Quadro 1
Indicadores de evolução da estrutura industrial
1958-1984

Anos	Estabelecimentos		Emprego		Dimensão Média
	Total	Δ%*	Total	Δ%*	
1958	168		3664		21.8
1971	298	77.4	8414	129.6	28.6
1984	497	66.8	11158	32.6	22.5
1977	276		11698		42.4
1982	424	53.6	14521	24.1	23.2

* Relativamente ao ano referido antes

De forma parcial e retrospectiva podemos também definir algumas fases da estruturação industrial de Águeda. Trata-se de avaliar a cronologia da constituição das empresas (apenas para o sector metalomecânico e para as sociedades).

Como se vê no quadro seguinte, só no sector metalomecânico e considerando apenas as sociedades, pode referenciar-se a constituição de 262 empresas. É especialmente de assinalar a grande "explosão" da segunda metade da década de setenta, período em que se criaram 82% do total identificado.

Quadro 2
Cronologia da constituição das empresas
Sector metalomecânico: sociedades

	Novas	Total	%	Δ%*
1909	1	1	0.4	
1911 a 1915	1	2	0.8	100.0
1916 a 1920	2	4	1.5	100.0
1921 a 1925	2	6	2.3	50.0
1926 a 1930	2	8	3.1	33.3
1931 a 1935	1	9	3.4	12.5
1936 a 1940	1	10	3.8	11.1
1941 a 1945	4	14	5.3	40.0
1946 a 1950	12	26	9.9	85.7
1951 a 1955	3	29	11.1	11.5
1956 a 1960	2	31	11.8	6.9
1961 a 1965	16	47	17.9	51.6
1966 a 1970	22	69	26.3	46.8
1971 a 1975	38	107	40.8	55.1
1976 a 1980	108	215	82.1	100.9
1981 a 1985	47	262	100.0	21.9

* relativamente ao período anterior

E se quisermos ter uma medida mais ampla da elevada "propensão" para a iniciativa industrial deste concelho podemos ainda observar o quadro seguinte, que inclui também as empresas em nome individual do sector metalomecânico. Trata-se, tal como para o quadro anterior, das sociedades inscritas no Registo Nacional das Pessoas Colectivas, do Ministério da Justiça.

Quadro 3
Unidades Industriais metalomecânicas

<i>Ramos</i>	Total	SQ	ENI	Outras
Indústrias básicas do ferro e do aço	6	6		
Indústrias básicas de materiais não ferrosos	31	20	11	
Fabrico de produtos metálicos	298	151	145	2
Fabrico de máquinas não eléctricas	22	16	6	
Fabrico de máquinas, aparelhos e ut. eléctricos	23	13	8	2
Construção de material de transporte	57	49	7	1
Fabrico de instrumentos prof. e científicos	1		1	
Total	438	255	178	5

A evidência do crescimento recente (ligado à maturação das condições industriais locais e às várias lógicas de decomposição do ciclo produtivo) não deve deixar de ver que o pós-guerra (1946-1950) representa, porventura, o primeiro período em que se torna assinalável um processo de dinamização da base industrial: surgem nesta fase doze das empresas que laboram actualmente.

As trinta e cinco empresas metalomecânicas que surgem na década de sessenta representam um acréscimo significativo da capacidade industrial do sector de especialização, que mais do que duplica.

O facto mais notório deste último período é o surgimento de um conjunto de empresas de fabricação de motociclos e bicicletas, atestando a diversificação intersectorial da especialização. A diversificação industrial torna-se patente com o surgimento de novas actividades (fabrico de mobiliário metálico, electrodomésticos, fundição, tornearia, moldes).

Quando uma economia industrial local se alarga deste modo isso significa que ela dispõe de algum grau de autocentramento, conducente a processos de divisão local do trabalho industrial e a um sistema de articulações produtivas. Em casos como o que estamos a analisar a diversificação industrial vai, frequentemente, de par com processos de mobilidade profissional que se reflectem em novas formas de iniciativa empresarial e no alargamento da participação da força de trabalho local na produção industrial.

A imagem que procurámos traçar deixa entender que é bastante cedo que se reúne em Águeda uma "massa crítica" de factores industriais - que, aliás, antecipa, no seu significado, uma "qualidade" industrial que as estatísticas, quantitativamente, ainda não deixariam ver. De facto, a base artesanal-industrial originária tornou-se de modo progressivo numa rede empresarial caracterizada por uma técnica comum e também por uma rotação bastante rápida de mão-de-obra entre um conjunto de empresas que assumiu um papel "formador" do trabalho e da iniciativa local. A consequência deste processo é o estabelecimento de uma área de especialização produtiva que, mais tarde, há-de desencadear a iniciativa empresarial.

Estas circunstâncias não podem, pois, ser vistas independentemente de uma **história industrial local** que é possível traçar. Parece, de facto, não merecer dúvidas que as formas do desenvolvimento recente têm também um forte vínculo local cuja natureza se foi estabelecendo no decurso de um processo já bastante longo.

Com efeito, o início do desenvolvimento da actividade industrial com **flns mercantis, intuits de "negócio" e vocação empresarial** é datável e remonta aos finais do século passado.

É possível *ver* na fase inicial do desenvolvimento industrial de Águeda alguns dos aspectos que hoje se tornam indispensáveis à interpretação da forma assumida pela economia local. Entre eles destaco a qualificação do trabalho e a vocação para a especialização. De facto, para lá dos agentes da iniciativa empresarial, parece poder falar-

se de "agentes de inovação" (esta expressão deve entender-se com algum comedimento, uma vez que estamos a referir-nos a condições de evolução do quadro artesanal para o industrial) que criam condições produtivas diferenciadas e se revelam enquadradores da mão-de-obra mobilizada em meio rural, dando-lhe vocação industrial. Por outro lado, esta indústria nascente circunscreve com alguma nitidez uma actividade de especialização (tratou-se do fabrico de ferragens).

E é, com efeito, a esta actividade que vem a estar ligado o processo de consolidação da indústria local (até aos anos trinta e no período entre as guerras). Como é também a partir das condições de profissionalização da mão-de-obra assim integrada que se torna possível a posterior diversificação através de outras actividades do sector metalomecânico, com especial relevo, a partir do pós-guerra, para o ramo da "construção de material de transporte", isto é para as indústrias de fabrico e montagem de bicicletas e, depois, de motorizadas, que passa a compartilhar com as ferragens a responsabilidade do crescimento industrial de Águeda até aos anos sessenta. Neste último ramo se hão-de vir a concentrar as mais visíveis potencialidades de decomposição do ciclo produtivo, de especialização e de divisão do trabalho industrial, embora seja certo que estas características hão-de generalizar-se ao conjunto do sector metalomecânico.

É na sequência deste processo, no qual não é relevante a presença de agentes empresariais exteriores ao meio local, que as economias industriais locais ganham uma feição marcadamente territorializada, com a constituição de um sector motor – a metalomecânica – assente num sistema de relações inter-industriais onde as vinculações espaciais locais (uma espécie de nova faceta das economias de aglomeração) são essenciais.

Com uma significativa densidade de unidades de pequena dimensão e com uma forte abertura ao exterior, o sistema industrial de Águeda carecia também de um **agente de representação** e de negociação relativamente ao exterior.

Tratava-se de aceder a uma capacidade de representação que habilitasse os agentes locais a organizarem internamente o sistema industrial (reproduzindo-o de forma alargada) e a negociarem a sua posição face às economias externas com que estão fortemente relacionados (redefinindo, assim, o lugar do sistema local no processo estrutural de organização da produção nas economias capitalistas). Um agente institucional (colectivo) cuja presença e actuação tem reflectido esta lógica de maturação industrial é a Associação Industrial de Águeda (AIA).

O conjunto de argumentos que acabei de referir conduzem-nos a uma problemática bastante particular para a análise das economias locais: a dos sistemas produtivos locais.

A duração do sistema, o tipo de agentes envolvidos, a socialização da mão-de-obra com um processo técnico qualificado e as articulações produtivas existentes, levam a que se encare a economia local onde tal se realiza de um ponto de vista específico, dado que, nestes casos, não estamos perante meros efeitos de localização de unidades industriais que procuram beneficiar de uma estrutura salarial proporcionada pelas complementaridades com o sector agrícola, **estamos perante um processo relativamente estabilizado, complexo, de inter-acções locais que possuem capacidade de organização relacional** e que retiram das suas relações com o exterior consequências de desenvolvimento local. É, portanto, um **sistema produtivo territorializado** não, evidentemente, auto-regulado e muito menos autárquico, mas capaz de produzir formas de regulação local com capacidade de reordenação dos estímulos exteriores e com capacidade de iniciativa.

Estas últimas condições possuem uma característica essencial: é a sua natureza relacional. De facto, a dinâmica de um sistema local deste tipo não é ocasional nem excêntrica, ela assenta em mecanismos que é possível apreender e que derivam do

estabelecimento de um sistema de relações produtivas, de uma lógica de acumulação material e simbólica e de formas de articulação com a sociedade local.

3. Os resultados: as relações inter-industriais locais e o perfil dos empresários em Águeda

As observações anteriormente feitas traçam-nos um percurso e definem-nos uma imagem. É a imagem de um sistema industrial significativo, de um sistema social interveniente e de um processo de articulações de base industrial, umas, de base social local, outras.

Para conhecer devidamente este sistema local pareceu-me indispensável proceder à recolha directa de informação. Para isso, optarei pelo ângulo de observação que me pareceu mais relevante, isto é, pelo sector de especialização, a metalomecânica. A fonte de informação quantitativa passa a ser, para este efeito, um inquérito directo que realizei junto das empresas deste sector .

Sendo sobre o sector metalomecânico que incide a análise mais detalhada que vou realizar, convém recordar que, como já referi, o seu peso no conjunto do sector industrial é de cerca de 55%, quando avaliado em termos do número de estabelecimentos, e de 2/3 se considerarmos o emprego ou a produção.

Trata-se, sublinha-se, de um sistema que, por natureza, é necessariamente bastante aberto ao exterior. Diríamos mesmo que a sua "abertura" está também altamente relacionada com o facto de se ter produzido uma especialização intra-sectorial, visível ao nível de cada empresa.

O seu desenvolvimento é, por outro lado, parte do processo de produção industrial nacional e da sua extroversão. Daí que, embora 33% das empresas indique que não exporta, 37% delas exporta entre 10% e metade do seu volume de vendas. Cerca de 1/5 das empresas vende mais de 30% da sua produção ao estrangeiro.

Mas a "abertura" é também, evidentemente, para o espaço nacional. E aqui merece ser sublinhado que 31% das empresas dirige para a região Norte/Centro entre 30% e 49% das suas vendas.

É, contudo, pela intensidade das inter-relações industriais de ordem local que se ganha a ideia de uma característica básica do sistema de empresas de Águeda. De facto, cerca de metade das empresas metalomecânicas de Águeda têm noutras empresas locais clientes significativos, isto é, destinam-lhes sempre mais de 10% da sua produção. Este facto parece ser de inequívoca importância, atendendo à escala da economia local. Para além de, em geral, lhe atribuir uma grande capacidade de explicação para a dinâmica da iniciativa empresarial local, veremos mais adiante que a sua pertinência aumenta quando consideramos a desagregação das actividades do sector metalomecânico.

Quadro 4

Empresas metalomecânicas, segundo o destino da sua produção e a percentagem de volume de vendas por destino

	Outras empresas de Águeda	Outras empresas Norte/Centro	Outras regiões	Exportação
% do vol. vendas	%	%	%	%
0	22.0	11.0	9.8	32.9
até 30%	50.0	24.5	47.6	39.1
30%-49%	12.2	30.5	18.3	17.1
50-99%	11.0	31.7	22.0	8.5
100%	2.4	0.0	0.0	0.0
Não respondeu	2.4	2.4	2.4	2.4
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Inquérito Directo

No entanto, deve sublinhar-se que as inter-relações consideradas não ocorrem num contexto de "fechamento" de uma parte das empresas sobre o meio local. Pelo contrário, as situações de integração tendencialmente completa com clientes locais são de pequena expressão. É numa larga zona de fronteira entre as inter-relações com as demais empresas e a ligação a outras economias regionais, ou directamente ao mercado,

que a grande maioria das unidades estabelece as suas economias. São as "fatias" entre os 10%-29% e os 30%-49% que representam as zonas *centrais* (num duplo sentido do termo: como zonas médias e como zonas estruturantes) de cada destino da produção.

A lista das actividades instaladas no âmbito do sector da metalomecânica é bastante ampla e a sua difusão tem que ser vista como o resultado da organização em meio local de um processo intenso de divisão do trabalho industrial, possibilitado pela existência de uma cultura técnica que capacitou agentes locais para a criação de novas empresas.

É curioso notar que se é certo que, no conjunto, quase 2/3 das empresas fabrica produtos finais (acontecendo, naturalmente, que nalguns sectores, quase que por definição, todas as empresas o fazem) também é certo que é idêntico o número de empresas que fornecem produtos intermédios a outras, enquanto 1/4 delas o fazem directamente para o mercado.

Quadro 5
Empresas metalomecânicas segundo o tipo de produtos fabricados, por ramos

	Produtos finais	Produtos intermédios	
		Directamente p/ outras empresas	Colocados no mercado
		%	%
Ferragens	93.3	53.3	0.0
Const. material transp.	33.3	81.0	42.9
Fab. velocípedes	100.0	80.0	80.0
Acessórios	18.8	100.0	37.5
Aparelhos e mat. eléct.	85.7	71.4	42.9
Mobiliário metálico	100.0	20.0	0.0
Fundição	28.6	85.7	14.3
Peças e ferramentas	53.3	66.7	33.3
Diversos	85.7	28.6	14.3
Total	65.9	64.6	24.4

Fonte: Inquérito Directo

Penso que a **segunda grande característica desta realidade industrial, a par do sistema de relações inter-industriais locais, é a natureza dos agentes envolvidos.** A circunstância de eles serem originários do meio local seria relativamente fútil se a isso não estivesse associado um conjunto significativo de condições relevantes. De facto, interrogados acerca da actividade que cada sócio desempenhava antes da constituição da empresa, os industriais inquiridos responderam esmagadoramente indicando que estes tinham a sua vida organizada em Águeda e mostraram que por isso se deve entender que foram parte de um processo de socialização com uma cultura técnica local.

Quadro 6

Empresas metalomecânicas segundo as condições profissionais anteriores dos seus sócios, por ramos

Ramos	Total	Operários Produção		Empregados Com/Adm.		Quadros Técnicos				Outras Situações	
		A	B	A	B	Eng/Eng Tec	Outros Sup.	A	B	A	B
Ferragens	18.3	53.3	14.8	26.7	11.8	6.7	9.1	13.3	50.0	13.3	14.3
Const. material transp.	25.6	71.4	27.8	52.4	32.4	0.0	0.0	4.8	25.0	14.3	21.4
Fab. velocípedes	6.1	40.0	3.7	20.0	2.9	0.0	0.0	0.0	0.0	40.0	14.3
Acessórios	19.5	81.3	24.1	62.5	29.4	6.3	9.1	6.3	25.0	6.3	7.1
Aparelhos e mat. eléct.	8.5	71.4	9.3	57.1	11.8	57.1	36.4	14.3	25.0	28.6	7.1
Mobiliário metálico	12.2	70.0	13.0	40.0	11.8	0.0	0.0	0.0	0.0	20.0	14.3
Fundição	8.5	57.1	7.4	14.3	2.9	28.6	18.2	0.0	0.0	14.3	7.1
Peças e ferramentas	18.3	80.0	22.2	40.0	17.6	13.3	18.2	0.0	0.0	26.7	28.6
Diversos	8.5	42.9	5.6	57.1	11.8	14.3	9.1	0.0	0.0	14.3	7.1
Total	100.0	65.9	100.0	41.5	100.0	13.4	100.0	2.4	100.0	17.1	100.0

A- Peso de cada condição profissional por ramo/total
B-Distribuição, por ramos

Fonte: Inquérito Directo

Mas o que é significativo é que em 66% da empresas haja sócios que foram trabalhadores por conta de outrem em empresas locais como operários da produção, enquanto em 41% há ex-empregados que exerciam anteriormente actividades comerciais ou administrativas. Foi, aliás, frequente encontrar sociedades envolvendo estes dois tipos de experiências. Julgo que tal facto deve ser contabilizado a favor da

ideia de que a perspectiva da constituição de uma empresa por parte de ex-assalariados está também relacionada com a noção de que lhes é possível beneficiar da socialização que possuem, quer com o processo de produção, quer com o seu contexto de valorização.

São as empresas cujas actividades estão mais relacionadas com a fragmentação do processo de produção (material de transporte, peças e ferramentas) que mais ilustram a presença de ex-trabalhadores por conta de outrem, embora este facto seja generalizado entre as empresas metalomecânicas de Águeda. Apenas em 16% das empresas encontramos quadros técnicos com formação superior (principalmente engenheiros ou engenheiros-técnicos), sendo no fabrico de aparelhos e material eléctrico e de ferramentas que é mais significativa a sua influência.

4. Conclusão: para uma política de desenvolvimento local

A análise que acabo de propor tem como primeiro objectivo mostrar que é necessário interpretar devidamente os mecanismos que fundamentam os diversos processos de difusão espacial da indústria. As formas de industrialização local não se limitam a representar processos gerais de alargamento da geografia do emprego no sector secundário e constituem, mais precisamente, uma multiplicidade de processos singulares, observáveis, é certo, no quadro das lógicas de regulação das economias e das mediações que lhe são inerentes, mas cuja materialidade é preciso reconstruir.

Mas a reflexão que proponho tem um segundo objectivo, que passarei a sublinhar, em jeito de conclusão. A difusão industrial deve, à partida, ser encarada numa óptica de desenvolvimento local. Não é nada claro que esta perspectiva seja dominante junto dos agentes locais, dos poderes públicos ou mesmo de muitos observadores. Creio que a formulação de políticas adequadas passam pela atenção para com os tópicos que a seguir se apresentam.

(a) É a natureza dos processos relacionais presentes nas formas concretas de industrialização local que marca a diferença e que permite formular acções eficazes. Quando tais processos são significativos podemos falar de sistemas produtivos locais. Os incentivos para a promoção da industrialização deverão assim integrar-se em objectivos de maximização de inter-relações estabelecidas localmente. É neste âmbito que a dimensão espacial é importante, pois é desse modo que fica claro que as acções a promover não podem apenas analisar-se no âmbito microeconómico. É pelas inter-relações que promove, pelo adensamento das articulações que estabelece e pela promoção que traz aos meios onde se inscreve que uma acção pode, verdadeiramente, qualificar-se como de desenvolvimento.

(b) No plano produtivo, uma acção de industrialização deve avaliar-se pela sua capacidade para promover culturas técnicas profissionais e para criar "competência industrial" entre os trabalhadores. Sendo, como é óbvio, o alargamento do emprego um objectivo a colocar em primeira linha, este não deve ser apenas precário, desqualificado e derivado de cálculos exteriores assentes nas diferenças de custos.

Para contrariar esta possibilidade podem referir-se duas vias principais. Uma consiste em valorizar, com a abertura ao exterior, os aspectos mais positivos das situações em que há capacidade produtiva industrial já consolidada localmente: iniciativa empresarial, *savoir-faire*, cultura profissional, inter-relações produtivas das empresas aí localizadas. Estes aspectos podem ser tomados em conta em várias situações da economia portuguesa. São eles que são essenciais, e não os que evidenciam os factores competitivos ligados aos custos salariais. Procurar obter posições no âmbito internacional através destas últimas condições, e não da valorização que referi, significa uma má avaliação das condições materiais que estão por detrás da evolução registada nalguns sistemas locais (como o que estudei em Águeda) e significa, sobretudo, uma lógica de "despromoção".

É, aliás, na compreensão destes processos que podem assentar medidas de cooperação tecnológica adequadas a específicos sistemas industriais e que, por isso, devem ser pensadas tendo em conta as inter-relações estabelecidas numa base local.

(c) A segunda via para assegurar políticas de promoção no âmbito do desenvolvimento local diz mais directamente respeito às situações em que o alargamento do emprego ocorre em contextos em que não houve lugar para a consolidação prévia de capacidades produtivas industriais. Neste casos, é principalmente da existência de agentes institucionais com capacidade de negociação que o êxito depende. Estes agentes não podem ser, por isto mesmo, simples mobilizadores de recursos locais que colocam à disposição das empresas que procuram instalação, sem cuidar da qualidade do emprego a criar. Nestes casos, o financiamento assegurado localmente (porque é de um financiamento que se trata) pode apenas destinar-se a obter contrapartidas transitórias, inseguras e, mesmo assim, escassas. Para que as empresas a instalar não obedeçam apenas a cálculos impostos por tais lógicas é indispensável que as dinâmicas locais assegurem o desenvolvimento de agentes locais de iniciativa produtiva.

Torna-se então necessário que se seleccionem actividades capazes de promoverem a utilização crescente de trabalho qualificado e que com elas se combinem medidas de formação de mão-de-obra e de promoção da inovação tecnológica, numa base de cooperação entre empresas. Estes objectivos significam, com é bom de ver, que os agentes locais não-de ser, em grande medida, agentes de negociação.

(d) Para assegurar processos do tipo dos que estou a referir é necessário que não se confunda flexibilidade com precarização. Diz-se frequentemente, e parece correcto, que os meios locais onde há uma certa vitalidade das condições materiais de gestão das estratégias de reprodução da força de trabalho no âmbito das economias familiares, ou aqueles meios onde predomina um sistema articulado de pequenas

empresas industriais, com forte mobilidade profissional, são dotados de grande flexibilidade social. A estrutura salarial ou a existência de actividades complementares que, frequentemente, significam formas de prolongamento da jornada de trabalho ou de utilização de trabalho familiar, não devem, no entanto, ser vistas como condições a manter em benefício do desenvolvimento de formas de produção dependentes, cuja vitalidade é artificial, porque apenas é possível em tais circunstâncias.

De facto, partilhamos, neste plano, a conclusão de que a flexibilidade não é a possibilidade de "ajustar os custos salariais e os níveis de oferta e procura de trabalho". Na ausência de formas "ofensivas" de valorização dos recursos existentes, uma flexibilidade daquele tipo conduz necessariamente à degradação dos recursos humanos e à inviabilização da "modernização técnica e organizacional" (M. J. Rodrigues, 1988: 270).

Uma estratégia de promoção dos sistemas locais, regionais e nacional é, sem dúvida, uma questão de regulação global da economia. Um projecto deste tipo não é compatível com a ideia de que o processo de modernização assenta em formas concorrenciais desatentas ou claramente contrárias à promoção da qualidade do emprego e do sistema produtivo e em regulações locais de índole social com as quais se "aproveitam" as estruturas informais e, em muitos casos, desiguais para "compensar" os efeitos negativos daquela lógica de modernização.

A dimensão espacial a assumir pelas acções de desenvolvimento significa que tal dicotomia não é aceitável e que as formas de regulação locais existentes devem ser assumidas na sua globalidade e, como tal, beneficiarem dos efeitos favoráveis de uma política de promoção do desenvolvimento.

(e) As questões anteriores são importantes porque cada economia funciona num quadro de crescente internacionalização. Mas não num quadro de homogeneização absoluta. Por isso a concorrência internacional e as transformações em curso na

economia mundial reflectem-se em cada país de um modo específico, que consagra as especificidades nacionais e depende da maneira como se estabelecem as estratégias de competitividade. Integração e diferenciação são, assim, peças complementares dos movimentos internacionais da economia. Já se disse (cf. Santos, Reis e Marques, 1986) que um novo modelo de regulação da economia mundial estará vinculado a uma dupla estratégia: a busca incessante de ganhos de produtividade e a busca incessante de zonas de salários baixos. A "flexibilidade" que estrutura a primeira estratégia é essencialmente de ordem produtiva e tecnológica, e assenta na criatividade. Da segunda estratégia é elemento básico o custo relativo do trabalho. Certos agentes da regulação nacional confundem-na com a precarização da relação salarial e com a subcontratação da regulação social a agentes que "naturalizam" as condições locais que têm servido de apoio à debilidade do sistema produtivo.

Ora, julgo, também há nas condições locais factores de autonomia, de iniciativa, de "qualidade" do sistema produtivo e das sociedades locais que devem ser valorizados através de políticas de promoção assentes na valorização do trabalho e do saber especializado, da difusão dos princípios da cooperação tecnológica, da informação e da representação colectiva.

Bibliografia

- Aydalot, Phillipe (ed.) (1986), *Milieux Innovateurs en Europe*, Paris, GREMI.
- Cruz, Raúl da (1987), *Industrialização em Meio Rural: o caso de Águeda*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Domingos, Álvaro e Marques, Teresa (1987), "Produção industrial, reprodução social e território - materiais para uma tentativa de abordagem do Médio Ave", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22.
- Ferrão, João (1985), *Indústria e Valorização do Capital*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Fourcade, Claude (dir.) (1987), *Industries et Régions*, Paris, ADEFI-GRECO, Economica.
- Gama, António (1987), "Indústria e produção de um espaço peri-urbano", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 22.
- Henriques, José Manuel (1987), *Os Municípios e a Promoção do Desenvolvimento: reforço da integração 'funcional' ou 'territorial'?*, Lisboa, Instituto Superior de Economia.
- Lipietz, Alain e Leborgne, Danielle (1988), "L'après-fordisme et son espace", Paris, CEPREMAP.
- Pecqueur, Bernard (1987), *De l'Espace Fonctionnel à l'Espace-Territoire - essai sur le développement local*, Grenoble, Université des Sciences Sociales.
- Portas, Nuno (1986), "Modelo territorial e intervenção no Médio Ave", *Sociedade e Território*, 5.
- Reis, José (1985), "Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura - para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução", *Revista Crítica de Ciências Sociais* , 15/16/117.
- Reis, José (1986), "A recolha de informação não-estatística em economia", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento [1ª edição].

Reis, José (1987), "Os espaços da industrialização - notas sobre a regulação macroeconómica e o nível local", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 22.

Reis, José (1988a), "Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 25/26.

Reis, José (1988b), "Un exemple de système productif local: les industries d'Águeda (Aveiro)", *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Tomo 5, 2-3.

Revista Crítica de Ciências Sociais (1987), nº 22.

Rodrigues, Maria João (1988), *O Sistema de Emprego em Portugal - crise e mutação*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Santos, Boaventura de Sousa; Reis, José e Marques, Maria Manuel Leitão (1986) "O Estado e as transformações recentes da relação salarial: a transição para um novo modelo de regulação da economia", *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, CISEP.

Sayer, R. A. (1985), "Industry and space: a sympathetic critique of radical research", *Society and Space*, Volume 3.

Silva, Mário Rui (1988), *Industrialisation et Développement Local: une interprétation à partir du cas portugais*, Grenoble, Université des Sciences Sociales.

Urry, J. (1987), "Society, space and locality", *Society and Space*, Volume 5.

Resumo

Defende-se neste trabalho que os fenómenos de industrialização em meio rural são parte de um conjunto mais amplo de transformações económicas e de percursos da difusão da indústria cujas características comuns resultam do facto de serem formas de relação intensiva da indústria com o espaço e com as condições locais em que se inscreve.

De certo modo, o que sobressai e o que deve ser sublinhado nas formas de difusão industrial a que assistimos é a sua singularidade e a natureza **relacional** da estruturação das condições produtivas. Por isso, identificar as circunstâncias materiais e a natureza das acções que rodeiam tais processos parece ser um dos objectivos prioritários da investigação sobre a difusão espacial da indústria, dado que os vários percursos possíveis não são todos idênticos quanto aos efeitos de desenvolvimento que provocam, nem quanto às circunstâncias que os rodeiam.

A partir de dados originais recolhidos directamente apresentar-se-á o caso de Águeda, para evidenciar quais são os mecanismos fundamentais que presidem à dinamização de um processo de industrialização baseado na metalomecânica em que houve lugar ao que se pode designar por endogenização do desenvolvimento industrial, entendido como um processo industrial que, para além de ter sido iniciado e desenvolvido por **agentes** locais, teve como **efectos** principais a definição e consolidação de um sector industrial de *especialização*, a formação de *capacidade profissional* com acumulação de uma *cultura técnica industrial* e consolidação de um *sistema de inter-dependências industriais* de base local.

Conclui-se com algumas observações que parecem indispensáveis para uma política de promoção do desenvolvimento local.